

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- FUNAI -

Brasília - DF.

Memo.

Em, 15-07-76

Do Coordenadora do Plano Integra
do DC Gavião-Surui.

Ao Chefe da DDC

Assunto encaminhamento (faz)

Senhor Chefe,

Em anexo, submeto à apreciação de V.Sa. o Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário Gavião-Surui, elaborado por esta Coordenadora, em conjunto com a Divisão de Desenvolvimento Comunitário (DDC).

Peço à V.Sa. que submeta o referi do Plano ao Sr. Diretor do Departamento Geral de Planejamento Comunitário (DGPC) para, através dos departamentos competentes, encaminhá-lo à Superintendência Administrativa, para fins de aprovação. Solicito, outrossim, a maior brevidade possível nes ta tramitação, para o devido prosseguimento de nossos traba lhos.

Atenciosamente,



IARA FERRAZ
Coordenadora do PIDC/GS

IF/srr

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR

PLANO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO
COMUNITÁRIO GAVIÃO-SURUI (MARABÁ-
ESTADO DO PARA)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

SEÇÃO I - RELAÇÃO DO PROJETO COM A REGIÃO

I.1 - <u>Antecedentes</u>	I
I.2 - <u>Justificativa</u>	I
I.3 - <u>Propósitos e Objetivos</u>	2
I.3.1 - Estudo de Necessidades	2

SEÇÃO II - RESPONSÁVEIS PELOS PROJETOS

II.1 - <u>Elaboração</u>	7
II.2 - <u>Execução</u>	7

SEÇÃO III - LOCALIZAÇÃO E TAMANHO

III.1 - <u>Extensão da Área</u>	8
III.2 - <u>Aspectos Jurídicos e Delimitações</u>	8
III.3 - <u>Posto Indígena</u>	9
III.4 - <u>Meios de Acesso e Comunicação</u>	9
III.5 - <u>Aspectos Geográficos e Naturais</u>	
III.5.1 - Clima	10
III.5.2 - Relevo e Solos	11
III.5.3 - Hidrografia	11
III.5.4 - Vegetação	11
III.5.5 - Fauna	11

III.6 - <u>Dados Populacionais e</u> <u>Mão-de-Obra</u>	12
III.7 - <u>Outras Atividades do</u> <u>Grupo</u>	14
III.8 - <u>Tamanho do Empreendimen</u> <u>to.</u>	16
SEÇÃO IV - ASPECTOS TÉCNICOS DO PLANO	18
IV.1 - <u>Infra-Estrutura Existente com Vistas</u> <u>ao Plano</u>	18
IV.2 - <u>Descrição Técnica dos Projetos</u>	18
IV.3 - <u>Organização Administrativa e Programa</u> <u>de Trabalho</u>	20
SEÇÃO V - ASPECTOS FINANCEIROS DO PROJETO	23
V.1 - <u>Cronograma Físico Financeiro do PIDC/GS</u>	29
V.1.2 - Percentual dos Gastos por Elemento Des <u>pesa.</u>	34
V.2 - <u>Fontes e Usos</u>	37
ANEXO I - RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO PROJETO DE EMERGÊN <u>CIA</u> CIA DO PLANO INTEGRADO DE DC "GAVIÃO/SURUI".	
ANEXO II - MAPA DA ÁREA GAVIÃO	
ANEXO III - MAPA DA ÁREA SURUI	

INTRODUÇÃO

Conforme explicitado no Projeto de Emergência para a Coordenação da Safra de Castanha 1976 , a mudança proposta e levada a efeito num plano econômico das relações sociais desencadeou de imediato as condições necessárias ao trabalho mais amplo de Desenvolvimento Comunitário.

Isto, na medida em que as necessidades e interesses dos grupos indígenas envolvidos - Gavião e Surui - passaram a ser concretamente apontados por seus próprios membros, no decorrer de uma primeira etapa.

SEÇÃO I

SEÇÃO I - RELAÇÃO DO PROJETO COM A REGIÃO

I.1 - Antecedentes

Configurando-se como produtores perante a sociedade envolvente, os membros das comunidades indígenas - principalmente a dos índios Gavião de Mãe Maria - passam a ter condições de manipulação de determinados elementos que lhes permitem uma melhor interação com esta sociedade regional envolvente.

É fundamental considerarmos as situações bastante diferenciadas dos dois grupos envolvidos, pois quanto aos Surui do PI Sororó, grupo junto ao qual será realizada a maior parte dos investimentos, é necessário o estabelecimento de uma infra-estrutura específica, cuja base se encontra na definição do problema de suas terras. Somente a partir daí a realização dos trabalhos de Desenvolvimento Comunitário terá êxito junto àquela comunidade, conforme já foi suficientemente explicitado no relatório final das atividades do Plano de Emergência. (em anexo).

I.2 - Justificativa

Por estarem localizados numa região de vultosos investimentos modernizantes - médio Rio Tocantins, Sudeste do Estado do Pará - o intercâmbio destes grupos indígenas com a sociedade nacional é crescente e descompassado. Enquanto grupos etnicamente diferenciados (portanto em situação privilegiada de minoria), em determinados momentos

conscientes, críticos (e portanto históricos) de sua vida, estes realizam o rearranjo estratégico de certos elementos, externos e internos à organização social dos próprios grupos, para poderem interagir com a sociedade envolvente.

Assim, enquanto os grupos promovem a reafirmação de sua identidade étnica, o estímulo e orientação específica através de um plano de Desenvolvimento Comunitário são fundamentais para o desenvolvimento dos próprios padrões de subsistência destes grupos, sem acentuar vínculos de dependência para com a sociedade envolvente, já esboçados mas não plenamente desenvolvidos.

I.3 - Propósitos e Objetivos

A partir do Plano de Emergência, o prosseguimento de nosso trabalho diz respeito especialmente a determinadas atividades que, dimensionadas em seu desenvolvimento pelas próprias comunidades indígenas e pela necessidade de confrontação (e interação) com a sociedade nacional vão propiciar, a médio prazo, os elementos indispensáveis à relativa auto-gestão destes grupos. Tais atividades são os projetos integrados entre os setores: Saúde e Saneamento Básico, Educação, incentivos à agro-pecuária e o financiamento das safras de castanha 77 e 78 do PI Sororó.

I.3.1 - Estudo de Necessidades

Mediante o estabelecimento de uma infra-estrutura específica - e neste caso o PI Sororó vai re

querer uma maior atenção - a atividade agrícola poderá começar a ser semi-intensiva, ultrapassando o nível mínimo de subsistência.

As roças dos índios Gavião já produzem arroz, milho, amendoim e mandioca para alimentação durante todo o ano. Quanto aos Suruí, é possível que, neste ano, resolvida a questão básica das terras, atinjam um nível mínimo de subsistência com as novas roças que estão sendo broçadas.

Desta maneira, as roças dos próximos anos poderão produzir inclusive um pequeno excedente comercializável (arroz, banana, mandioca) para a manutenção da troca durante o "verão" (e portanto de seus padrões de subsistência), com a aquisição de bens de consumo industrializados, considerados necessários (sal, açúcar, querosene, munição para caça, roupas, sapatos, etc...).

A dependência econômica com relação à safra de castanha deverá ser minimizada, o que proporcionará a retomada do equilíbrio na esfera do tempo de trabalho necessário. Esta, por sua vez, permite a retomada de seu rítmo tradicional de vida, com a realização de cerimoniais, etc.

A caracterização deste processo produtivo, retomou, no decorrer da safra de castanha de 1976 (dos índios Gavião especialmente) uma forma própria e particular da dinâmica da organização social dos grupos indígenas: a coletivação em todos os momentos - produção, distribuição e cir

culação de bens, enquanto um processo. É a esta forma que chamamos, por enquanto, cooperativa de produção e consumo, na medida em que é original e própria do rearranjo em curso, proposto a partir dos Índios Gavião do Mãe Maria.

Por outro lado, quanto aos Suruí, é necessária a implantação das condições básicas de subsistência em termos concretos - e por isso o interesse na definição do problema fundamental das terras - para que o trabalho necessário surta efeitos junto à comunidade.

Desta maneira, acreditamos que os investimentos iniciais serão necessários em termos de incentivos técnicos a estas áreas - agricultura e pecuária (e financiamento safras castanha PI Sororó). Esta diretriz de trabalho cortará uma atitude paternalista em relação às comunidades, quando possuírem condições de obtenção através de iniciativa própria. A questão se transforma pois em estímulo e orientação técnica principalmente (educação).

Observemos que, todas as atividades (projetos) deste Plano deixam de ser estanques e passam a se interligar a partir de necessidades primordiais.

Situação inversa, ou seja, um investimento maciço de recursos se dará, de forma integrada, criando e reformando infra-estrutura nos setores de saúde (e saneamento básico) e educação.

Quanto ao primeiro, existem necessidades fundamentais de mudança de atitudes sanitárias (educa

ção), atendimento odontológico (através do convênio USP-Fundação Nacional do Índio), controle epidemiológico, e principalmente formação e treinamento de monitores indígenas de saúde. Este procedimento visa substituir o esquema de atendentes de enfermagem "civilizados", obtendo-se, a médio prazo, o máximo possível de autonomia neste setor, uma vez que em casos graves, o acesso ao município de Marabá (hospitais, médicos, etc) é bastante fácil.

Em se tratando de uma sociedade oral, cabe à educação criar as condições necessárias para que este processo de conhecimento e manipulação da natureza da sociedade nacional ofereça as melhores alternativas possíveis de integração. Em síntese, entendemos por educação aqui, um processo de captar as necessidades e interesses dos grupos, quando necessário apontar as possibilidades destas "aspirações" virem a se realizar, elevando o senso crítico de seus elementos para que estejam aptos a tomar decisões, e por sua vez, sobre estas criar as condições necessárias para pô-las em prática. *1

Assim, a educação é considerada um setor chave com vistas à auto-suficiência das comunidades.

*1 - Exemplificando: o índio recebe pagamento em dinheiro, mas ainda não sabe contar; a castanha é vendida e os índios não sabem o que é feito dela e como se processam as transações comerciais. No entanto, a necessidade de saber ler, escrever e contar se concretizou com a manipulação e o controle sobre esta última safra de castanha.

Uma vez que todo trabalho desenvolvido está ligado, concretamente, a uma mudança de atitude, o setor educação-saúde poderá funcionar como foco catalizador das atividades dos grupos, através de assimilação (conhecimento e utilização) de novas técnicas, despertando nas comunidades o interesse pelo desenvolvimento de seus padrões de habitação, produção agrícola, hábitos de higiene, capacitação para novos ofícios (mecânica, carpintaria, etc), além de promover a alfabetização bilíngue, com formação de monitores de educação e saúde.

A estes aspectos se alia um outro essencial - a recuperação e fortalecimentos de traços culturais específicos das comunidades, reforçados através de registros culturais (arquivos visuais, sonoros, publicações-literatura, história local e regional, etc) organizados e realizados pelos próprios membros da comunidade, enfatizando assim a sua valorização enquanto grupos etnicamente diferenciados.

SEÇÃO II

SEÇÃO II - RESPONSÁVEIS PELOS PROJETOS

II.1 - Elaboração

As diretrizes básicas de atuação do Plano integrado foram elaboradas a partir das necessidades concretamente apontadas pelos próprios grupos indígenas envolvidos, no decorrer do Projeto de Emergência.

Contamos com a colaboração de Saulo Pe^{tean}, Chefe de PI Mãe Maria e coordenador Substituto do Plano, Edileuza Rodrigues Ferreira, auxiliar de ensino do mesmo PI e Tibaku, Tiremé e Sawarapi, índios Surui do PI Sororó.

Além destes e da coordenadora, Iara Ferraz, também colaborou para a elaboração do Plano a equipe da DDC, sob a Chefia do Sr. Marcos Antonio de Carvalho.

II.2 - Execução

Enquanto um trabalho de equipe, a execução do Plano e seus projetos específicos ficarão aos cuidados das próprias comunidades indígenas, mediante nossa orientação e de outros profissionais - linguistas e educadora sanitária - que prestarão serviços ao Plano, além do pessoal técnico das áreas de medicina, odontologia e veterinária, ligado ao Campus Avançado da Universidade de São Paulo em Marabá, com o qual a FUNAI mantém Convênio.

SEÇÃO III

SEÇÃO III - LOCALIZAÇÃO E TAMANHO ²

I - Localização

III.1 - Extensão da área

O PI Sororó está situado aproximadamente a 110 Km de Marabá, no município de São João do Araguaia, Estado do Pará. A pouco menos de 10 Km da atual aldeia (margem direita do "Grotão dos Cabóculos") encontram-se diversos aglomerados urbanos; toda a região ao redor da OP-2 (estrada que corta a área indígena), está sendo loteada pelo INCRA, através de seu Plano Fundiário.

Os Surui habitam atualmente uma pequena área de aproximadamente 3.000 ha a que ficou reduzida com o Decreto n. 63.367 de interdição temporária de 1968, que confere aos fazendeiros vizinhos 2/3 da área tradicional de ocupação histórica dos Surui (onde ainda se encontram sinais de roças antigas, aldeias e cemitérios indígenas recentes). A área total é de cerca de 10.000 ha.

III.2 - Aspectos Jurídicos e Delimitações

Esta questão já foi suficientemente explicitada desde os relatórios iniciais do Prof. Antonio Pereira Neto, fundador do PI Sororó e atualmente Antropólogo

² Todos os dados referentes aos índios Gavião do PI Mãe Maria foram detalhadamente apresentados no Projeto de Emergência para a Coordenação da Safra de Castanha. Apresentamos aqui apenas aqueles referentes aos índios Suruí do PI Sororó.

go junto ao DGPC. Cabe-nos observar que o Processo FUNAI N° 091/74 para ampliação e demarcação definitiva das terras do Surui está atualmente em tramitação, em Belém. A questão de verá estar encaminhada até o final deste ano, antes da safra de castanha, objeto dos conflitos sobre a faixa de terras em litígio com os grandes proprietários vizinhos.

Conforme já explicitamos, reside aqui a preocupação fundamental dos Suruí - a garantia de suas terras legalmente reavidas, condição básica para sua sobrevivência e desenvolvimento comunitário.

III.3 - Posto Indígena

Fundado em 28/7/73 pelo Prof. Antonio Pereira Neto, o PI Sororó tem hoje sua sede. recém construída a 200 m da aldeia dos Suruí, onde também funciona a enfermaria e sala do rádio do Posto. Com a saída de seu fundador, o PI Sororó ficou praticamente abandonado, exceto no período em que lá esteve o Sr. Telésforo Martins Fontes, tendo realizado trabalhos de destaque junto aos Surui. Após ter ficado recentemente sob a responsabilidade de um atendente de enfermagem, hoje o cargo de chefia do PI Sororó é ocupado pelo Sr. Nazareno Martins Fontes.

III.4 - Meios de Acesso e Comunicação

Por via aérea: a 30 minutos de Marabá, com pista de pouso em bom estado

do para pequenos apa
relhos (monomotores).

Por via terrestre: a 110 Km de Marabá partindo-se em dire
ção sul pela rodovia-Transamazônica até o entroncamento para São Domingos do Araguaia (já município de São João do Araguaia) de onde parte a OP-2 - ro
dovia operacional pro
jetada pelo INCRA-que conduz à área Surui e a corta numa das ex
tremidades.

Sistema de Fonia: com com
unicação di
ária com a Ajudância de Marabá e a DR em Belém.

III-5 - Aspectos Geográficos e Naturais

III.5.1 - Clima

Na região, predomina o clima quen
te e úmido, devido a relativa proximidade da zona equatorial úmida. Observa-se duas estações bastante distintas: a das
chuvas ("inverno"), de dezembro a maio, e da sêca ("verão") , nos meses de junho a dezembro.

III.5.2 - Relevo e Solos

O relevo da região do PI Sororó se apresenta predominantemente plano, com algumas ondulações a Sudeste da área. Os solos, apresentam, na quase totalidade da área, uma camada arenosa silícica, de espessura variável, seguida abaixo por uma camada argilosa, acinzentada, de espessura indefinida. Ocasionalmente ocorrem afloramentos de rochas pouco intemperizadas.

III.5.3 - Hidrografia

Além do "Grotão dos Caboclos" que banha o atual aldeamento dos Surui, a área apresenta outros pequenos igarapês com pouco volume d'água. Segundo pessoas da região, alguns deles chegam a secar no "verão".

III.5.4 - Vegetação

A floresta equatorial úmida é típica na área, apresentando grande quantidade de árvores de grande porte (massaranduba, mogno, cedro, etc), além das árvores frutíferas nativas: castanheira, piquiá, cupuaçu, açai, bacaba, etc. Nas "capoeiras" das roças antigas é acentuada a ocorrência de "lobeira" (*Solanum-SP*), "Imbaúba" (*Cecropia-SP*) e "Guapuruvu" (*Schizobium-SP*).

III.5.5 - Fauna

Devido aos desmatamentos das redondezas, a caça na área do PI Sororó já começa a diminuir.

Os veados, porcos do mato, tatus, macacos e jabutis ainda são encontrados na área, porém não em abundância e constituem a base alimentícia dos Surui.

Com a inexistência de cursos d'água volumosos, são encontrados apenas pequenas espécies de peixes como carás, trairas e pacus, etc.

Quanto às aves, estas são encontradas ainda em abundância: araras, gaviões, papagaios, mutuns etc, cujas penas são utilizadas para a confecção de adornos, sobretudo para comercialização.

III.6 - Dados Populacionais e Mão-de-Obra

O PI Sororó conta atualmente com uma população de 72 pessoas (em princípios de 1975 eram 64), assim distribuídas por sexo e idade:

Idade	Masculino	Feminino	Total
<u>População Atual</u>			
0 - 10 anos	14	17	31
11 - 20 anos	05	07	12
21 - 30 anos	07	09	16
31 - 40 anos	04	02	06
41 - 50 anos	04	--	04
51 e mais	01	02	03
	35	37	72

E para os Gavião do PI Mãe Maria o quadro populacional apresenta-se, atualmente, da seguinte forma:

QUADRO DA POPULAÇÃO PI MÃE MARIA

POPULAÇÃO	Aldeia junto à sede do PI - Km 30			Aldeia da Ladeira Ver melha - 34 Km.		
	MASC.	FEM.	SUBTOTAL	MASC.	FEM.	SUB-TOTAL
0 - 5 anos	12	8	20	8	6	14
6 - 10 anos	5	2	7	1	-	1
11 - 15 anos	1	2	3	5	1	6
16 - 20 anos	4	3	7	1	1	2
21 - 30 anos	4	5	9	7	9	16
31 - 40 anos	6	1	7	4	1	5
41 - 50 anos	4	2	6	3	-	3
51 - 60 anos	1	-	1	-	-	-
mais de 61 anos	-	-	-	1	-	1
TOTAL	37	23	<u>60</u>	30	18	<u>48</u>

Os dados foram fornecidos pela coordenadora do projeto,
Antropóloga - Iara Ferraz.

Quanto à população ativa (i.e. "mão-de-obra") devemos ressaltar a existência tradicional entre as sociedades indígenas da divisão do trabalho entre os sexos. Em se tratando de uma questão ligada à obtenção de alimentos, entre os Suruí (pertencentes ao tronco linguístico Tupi) os trabalhos são realizados de acordo com as atribuições das 4 linguagens tradicionais existentes onde, por sua vez, a divisão é efetuada entre as famílias elementares, que trocam bens. Entre as linhagens, as especializações são observadas entre as atividades de caça e agricultura, principalmente.

III.7 - Outras Atividades do Grupo

Contactados há apenas 16 anos, os Surui do PI Sororó ainda mantêm muito de sua estrutura social como um todo.

A alimentação básica dos Suruí é composta por farinha de mandioca e carne de caça (pacá, veado, cotia, macacos, etc). O jabuti não é considerado "caça" e sim "coleta" - é o único alimento que pode ser conservado vivo, consumindo-o nos dias de penúria alimentar.

Se a caça abatida for suficiente para ser distribuída fora da família elementar do caçador, ela o será entre seus parentes mais próximos: irmãos, cunhados, etc. De dezembro a maio, as caçadas são mais frequentes; esta é justamente a época em que os homens, por trabalharem na castanha, não se dedicam à agricultura (que, neste período, não necessita de maiores cuidados) e, estando a

maior parte do tempo na mata, a população Suruí depende quase exclusivamente da caça para alimentação.

Durante este mesmo período são abundantes os frutos coletados na floresta: cupuaçu, bacaba, cacau-do-mato, abiu, ingá, babaçu, açaí, mamão do mato, almeirão, piqui e a castanha. Além das frutas nativas, há aquelas cultivadas em pomar: limão, lima, banana, laranja, manga, goiaba, maracujá, caju, etc.

A pesca ocupa, entre as atividades de obtenção de alimentos, a última posição em importância, sendo mesmo desprezada pelos Suruí, que não dispõem de rios ou igarapês volumosos onde apanhar grandes peixes.

A atividade agrícola - que se inicia por volta do mês de junho com a derrubada (broca) - constitui hoje uma tarefa basicamente masculina embora a participação das mulheres (casadas e em idade de procriação) seja intensa durante o plantio da mandioca principalmente; fazer a farinha é, hoje, tarefa exclusivamente masculina.

Utilizando o sistema de coivara (broca, derrubada, queimada, plantio) as famílias elementares Suruí cultivam dois tipos de mandioca, dois tipos de milho, arroz, algodão, batata, cará, inhame. Atualmente a comunidade vem se interessando pelo plantio do café para consumo (devido ao alto preço no mercado) e da cana de açúcar, além do feijão.

Afora a caça, coleta, agricultura e

pesca, os índios Surui estão ligados à atividade econômica predominante na região: a extração da castanha-do-Pará. Esta vinha sendo o único meio de obtenção de alimentos industrializados incorporados à sua dieta, como açúcar, sal, café, arroz, feijão, além de botas de borracha, pilhas, lanternas, fumo, sabão, cartuchos, calções, camisas, etc - o "aviamento" para a safra através do "barracão" (ou fornecimento da DR). Com a resolução da questão das terras, esta atividade poderá vir a ser "lucrativa" para os Suruí, numa época ("inverno") em que o estado de saúde da população se agrava, de um modo geral, devido às fortes gripes.

Os Surui já possuem um pequeno rebanho bovino (doação do Dr. João Paulo Botelho Vieira Filho, da EPM) que foi vitimado pela raiva em 1974; hoje, reduzido apenas a quatro cabeças, uma vaca, uma novilha, um garrote (que se encontram na aldeia) e um garrote que está aos cuidados de um regional; os Surui pretendem formar o pasto nas proximidades da aldeia, para poderem aumentar o rebanho. Possuem ainda um cavalo, uma mula e uma jumenta, vários cães e galinhas (as quais raramente são consumidas bem como os ovos que produzem).

III.8- Tamanho do Empreendimento

A partir do objetivo norteador do trabalho - a relativa auto-gestão destes grupos, a médio prazo - as atividades (projetos) de educação, saúde e saneamento básico, incentivos à agropecuária e financiamento da safra de castanha de 1977 (do PI Sororó) deixam, como disse

mos, de ser estanques.

Por um lado, as atividades propul
soras são, basicamente, as econômicas que, por sua vez, tam
bém não são estanques e sim mescladas na vida cotidiana dos
grupos. Por outro lado, as comunidades indígenas deixam de
ser objeto de trabalho para participarem efetivamente dele,
na medida em que decidem por si as alternativas de "integra
ção" paulatina à sociedade nacional.

SEÇÃO IV

SEÇÃO IV - ASPECTOS TÉCNICOS DO PLANO

IV.1 - Infra-Estrutura Existente Com Vistas ao Plano.

Embora com uma infra-estrutura já montada, há necessidade de melhoria de instalações e equipamento de escolas e enfermarias dos Postos Indígenas, adaptando-as às condições das comunidades.

Quanto à locomoção no M^{ãe} Maria, dispomos de uma viatura Toyota (Jeep) que, embora em mau estado de conservação, permitiu até aqui a mobilidade necessária dentro da área (com duas aldeias), a serviço da comunidade.

Quanto ao PI Sororó, onde será realizada a maior parte dos investimentos, sua incomunicabilidade será suprida com a aquisição de uma viatura, indispensável para qualquer deslocamento, uma vez que a estrada de rodagem de acesso à área (OP-2, projetada pelo INCRA) é perfeitamente transitável durante o "verão".

IV.2 - Descrição Técnica dos Projetos

O desenvolvimento dos projetos (atividades integradas) será dimensionado a partir das próprias comunidades. Desta forma, o ritmo dos trabalhos não deverá interferir na vida das comunidades.

A contratação pelo Plano de um auxiliar de ensino (já que no PI M^{ãe} Maria há duas aldeias com 2

(duas) escolas), duas linguistas (Timbira e Tupi) e de uma educadora sanitária (ou enfermeira de nível médio) - esta atuação nas duas áreas, Gavião e Surui - permitirá o desenvolvimento dos programas de formação e treinamento de monitores indígenas, respectivamente nos setores de educação e saúde, a partir de julho.

Concomitantemente, a melhoria de instalações e equipamentos das escolas e enfermarias, além dos incentivos à construção de poços artesianos e fossas sanitárias (quando for o caso) permitirá melhores condições para o desempenho do aprendizado.

A formação de registros culturais (visuais e sonoros) visa fornecer instrumentos para a valorização e preservação do universo cultural específico dos grupos, mediante o conhecimento da identidade de outros povos, outras culturas (fotografias, slides, livros, gravações, etc).

Através da escola e da prática concreta, os incentivos à agro-pecuária vão se dar sob a forma de orientação e assessoria (através do pessoal técnico ligado ao CAUSP-Marabá, pelo Convênio USP-FUNAI). Quanto aos Surui, a partir do "verão", será necessária a manutenção de alimentação de base até que venham a atingir um nível mínimo de subsistência. E para tal, a aquisição de implementos agrícolas, sementes, animais de carga e de reprodução (muas e bovinos) é necessária em termos de infra-estrutura interna.

O financiamento da safra de castanha

de 1977 dos índios Surui visará a concretização de uma forma "cooperativa" de produção e consumo³ e o controle pelos índios desta esfera econômica, principal elo de intercâmbio com a sociedade regional abrangente.

O setor administrativo do Plano permeará todas atividades, com os "serviços" para a manutenção da infra-estrutura dos Postos, deslocamentos e alimentação de enfermos, etc.

IV. 3 - Organização Administrativa e Programa de Trabalho

A continuidade das atividades do Plano obedece, praticamente, à dinâmica correspondente das atividades propulsoras dos grupos envolvidos.

Durante esta época (maio-junho) retomaram os trabalhos nas roças. Os índios Gavião colheram todo o arroz (que está sendo armazenado, parte já ensacado nos paióis) e preparam-se para reaproveitar as capoeiras para o plantio (uma vez que abriram roças grandes no ano passado), em sistema de rodízio. Enquanto isto, realizam um ritual tradicional, o ciclo do HAK (Gavião).

Ao mesmo tempo, a época da seca permite a formação das pastagens para os muares e bovinos que, durante esta época, são alimentados com milho e sal, basicamente. O programa de vacinação dos animais já existentes será seguido com a orientação de técnicos (veterinários), liga

³As estimativas e projeções para esta safra só serão possíveis a partir de setembro próximo, após a florada das castanhas.

dos ao Campus da USP, em Marabá.

As escolas do PI Mãe Maria serão preparadas imediatamente para retomarem suas atividades, interrompidas com a safra da castanha. Esta preparação vai consistir inicialmente de equipamento material e humano, com a contratação de um auxiliar de ensino e de duas linguístas, uma delas a Profa. Leopoldina Araújo, da Universidade Federal do Pará, que trabalha entre os Gavião há 2 anos, (o outro elemento será por ela indicado para o grupo Tupi) por dois meses, para a elaboração das cartilhas bilíngues, instrumento de base para o aprendizado da escrita; quanto aos Surui, veremos a possibilidade de construção das instalações da escola no decorrer deste ano.

Um programa de introdução à aritmética será simultaneamente desenvolvido com o funcionamento do sistema cooperativo de produção, além de conhecimentos de história, noções de geografia e ciências, interligadamente.

A formação e treinamento dos monitores indígenas na área de saúde poderá ser iniciada com a contratação pelo Plano de uma enfermeira (de nível médio) ou educadora sanitária de julho a dezembro. Inicialmente, neste período, serão importantes as melhorias concretas em termos de saneamento básico (poços, fossas sanitárias) para que possa haver uma correspondente mudança de atitude sanitária junto aos grupos, a longo prazo. O controle epidemiológico e imunológico será efetuado em cumprimento aos programas de vacinação, através da Fundação SESP, SUCAM, Instituto Evandro Chagas (Belém) e das Equipes Volantes de Saúde da FUNAI.

Os trabalhos de assistência odontológica pelos profissionais ligados ao Campus Avançado da USP, visarão principalmente as crianças, cujas condições de tentar garantir uma dentição sadia são mais viáveis.

A partir de julho, também será realizado junto aos Surui um trabalho de prótese dentária total, uma vez que praticamente todos os seus elementos se encontram desprovidos de dentição (e subnutridos devido à ausência de mastigação).

E, no último trimestre deste ano (e 1º de 1977) nossas atividades vão convergir novamente na orientação para a safra da castanha, deste seus trabalhos preparatórios (conforme o Projeto de Emergência), ao final deste "verão".

Com o orçamento para 1977 e 1978, projetamos a continuidade deste Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário.

SEÇÃO V

SEÇÃO V - ASPECTOS FINANCEIROS DO PROJETO

MATERIAL DE CONSUMO - 3.1.2.0

Atividade Elemento Despesa	Adminis- tração	Saúde e S. Básico	Educação	I. Agro- Pecuária	Financ. Sa fra-Casta nha.
-Manutenção infra-es- trutura PIs (comple- mentação de recursos para aquisição de ma- terial de escritório material de limpeza, combustível, lubrifi- cantes, peças de repo- sição viaturas, etc)	17.000				
-Cal, cimento, telhas etc, para reforma ca- sa trabalhador braçal PIMM	2.300				
-Manutenção de enfer- marias (seringas, agu- lhas, algodão, espa- radrapo, etc e medi- camentos não forneci- dos pela CEME)		8.600			
-Tijolos, cimento, are- ia, cal, etc, para perfuração poços ar- tesianos e fossas sa- nitárias (PIMM e PISOR)		10.000			
-Alimentação de base PISOR (Constituição da "Cooperativa")		5.090			7.910
-Material para molda- gem de prótese den- tária-PISOR		10.000			
Soma a Transportar	19.300	33.690	-	-	7.910

3.1.2.0

Em CR\$ 1,00

Atividade Elemento Despesa	Adminis- tração	Saúde e S.Básico	Educação	I.Agro- Pecuária	F.Safra- Castanha
TRANSPORTE	19.300	33.690	-	-	7.910
-Manutenção de escolas (mat. didático comple- mentar)			9.000		
-Material para forma- ção de registro cultu- ral (fitas, filmes, etc)			4.200		
-Madeira (tábua), pregos, cola, etc para confec- ção de mesas e bancos escolares			2.900		
-Mudas e sementes				9.000	
-Inseticidas e fungici- das				2.000	
-Sacos e lonas				1.300	
-Material veterinário (vacinas seringas, agu- lhas, medic. etc)				4.200	
-10 rolos (400m) de arame farpado para pas- tos				3.500	
-Mantimentos para cons- trução de mata-burros (PISOR)					3.000
SOMA TOTAL	19.300	33.690	16.100	20.000	10.910

SERVIÇOS DE TERCEIROS - 3.1.3.0

Atividade Elemento Despesa	Adminis- tração	Saúde e S.Básico	Educação	I.Agro-Pe- cuária.
Serviço de manutenção infra-es- trutura PIs (mecânica, eletri- cidade, etc)	13.000			
Serviços de pedreiro, carpinteiro, ro, transp. de materiais, etc para a reforma casa trabalhador braçal PIMM	1.000			
Deslocamento do pessoal do Pla- no (hospedagens, alimentação, etc.)	16.000			
Contratação de um servente de junho a dezembro CR\$1.500/mês	10.500			
Serviços de atendimento médico/ hospitalar-deslocamento, alimen- tação e hospedagem de enfermos		11.000		
Serviços para abertura poços e fossas sanitárias		6.000		
Serviços de prótese PISOR		2.000		
Contratação de 01 educadora sa- nitária ou enfermeira de agos- to a outubro - CR\$ 6.000/mês		18.000		
Contratação de 02 linguístas de julho a agosto			18.000	
Contratação auxiliar de ensino de julho a dezembro			18.000	
Gratificação (bolsa) monitor			3.500	
Serviços de confecção de bancos e mesas escolares			1.500	
Reparos de selas e arreios				1.500
TOTAL	40.500	37.000	41.000	1.500

OBS.: A remuneração da coordenadora do PIDC/GS-no valor de CR\$.
.83.968,80 - é proveniente de recursos do Programa de Assistência
ao Silvícola, atividade 81.484.2554 - Estudos e Pesquisas para In-
tegração do Índio. Desta forma, o valor total da categoria 3.1.3.0
eleva-se a de CR\$ 203.968,80.

EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES - 4.1.3.0

Em CR\$ 1,00

Elemento Despesa / Atividades	Adminis- tração	Saúde e S. Bási- co.	Educação	Incent. Agro-Pe- cuária.
- 01 Jeep Ford, tração 4 rodas	40.500			
- 02 - 1 moto-serra	3.000			
- 03 - Aquisição de uma bomba manual para poço		2.000		
- 04 - Aquisição de um mimeó grafo a álcool			1.500	
- 05 - Aquisição de 3 (três) moedores de cereais				1.500
- 06 - Aquisição de 1(um) en genho manual pequeno				1.500
SOMA TOTAL	43.500	2.000	1.500	3.000

MATERIAL PERMANENTE - 4.1.4.0

Em CR\$ 1,00

Atividade Elemento Despesa	Adminis- tração	Saúde e S.Básico	Educação	I. Agro- Pecuária
01 - <u>Instalações de oficina, carpintaria manutenção - PISOR:</u>				
01 furadeira	380			
01 jogo de brocas	240			
02 plainas	800			
01 arco de puá	400			
02 esquadros	110			
02 grampos grandes p/mesa marceneiro	350			
02 esmeril	120			
06 pedras para esmeril	300			
10 limas	300			
02 - <u>Melhoria das enfermarias:</u>				
02 armários de vidro com portas		1.600		
03 painéis p/esteriliza- ção (Min. Saúde)		600		
02 estetoscópios		800		
02 aparelhos de pressão		1.400		
03 estojos p/material ci- rúrgico		450		
03 recip. para algodão de metal com tampa		450		
04 tesouras		200		
04 cubas esmaltadas		200		
03 - <u>Melhoria das Escolas</u>				
02 quadros-negros grandes			800	
03 armários de madeira com porta			2.100	
01 epidiascópio			6.000	
SOMA A TRANSPORTAR	3.000	5.700	8.900	

4.1.4.0

Elemento Despesa / Atividade	Adminis- tração	Saúde e S.Básico	Educação	Inc. Agro- Pecuária
- TRANSPORTE	3.000	5.700	8.900	
03 - fichários de madeira pe- quenos			600	
01 - grampeador			50	
03 - filtros para água			600	
02 - lampeões a gás			250	
04 - Literatura Tupi (Surui) Timbira (Gavião)			800	
05 - <u>Ferramentas apropriadas</u>				
10 plantadeiras				900
10 enxadas				400
06 - Aquisição de 3 cangalhas				1.200
07 - Aquisição de 3 selas e ar- reios para muares				1.200
08 - Aquisição de 2 muares				5.000
09 - Aquisição de 2 fornos pa- ra farinha (chapa de zin- co)				1.400
SOMA TOTAL	3.000	5.700	11.200	10.100

V.1 - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DO
PIDC/GS PARA 1976

MATERIAL DE CONSUMO - 3.1.2.0

Atividades	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Saúde e Saneamento Básico	30.190	3.500	33.690
Educação	12.400	3.700	16.100
Incentivos Agro-Pecuária	12.500	7.500	20.000
Financiamento Safra 77 - PISOR	-	10.910	10.910
Administração	13.700	5.600	19.300
TOTAL	68.790	31.210	100.000

SERVIÇOS DE TERCEIROS - 3.1.3.0

Atividades	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Saúde e Saneamento Básico	24.000	13.000	37.000
Educação	30.500	10.500	41.000
Incentivos Agro-Pecuária	1.000	500	1.500
Administração	26.000	14.500	40.500
TOTAL	81.500	38.500	120.000 *

* Incluindo-se aqui a remuneração da Coordenadora (recursos EPESQ.), o valor desta categoria eleva-se a CR\$ 203.968,80.

EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES - 4.1.3.0

Em CR\$ 1,00

Atividades	3º Trimes_ tre.	4º Trimes_ tre.	Total
Saúde e Saneamento Básico	2.000	-	2.000
Educação	1.500	-	1.500
Incentivos Agro-Pecuária	3.000	-	3.000
Administração	43.000	-	43.500
TOTAL	50.000	-	50.000

MATERIAL PERMANENTE - 4.1.4.0

Em CR\$ 1,00

Atividades	3º Trimes tre.	4º Trimes tre.	Total
Saúde e Saneamento Básico	5.700	-	5.700
Educação	11.200	-	11.200
Incentivos Agro-Pecuária	10.100	-	10.100
Administração	3.000	-	3.000
TOTAL	30.000	-	30.000

RESUMO DOS CUSTOS

Em CR\$ 1,00

Código	Elemento Despesa	3º Trimes <u>tre.</u>	4º Trimes <u>tre.</u>	Total
3.1.2.0	Material de Consumo	68.790	31.210	100.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros	81.500	38.500	120.000*
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	50.000	-	50.000
4.1.4.0	Material Permanente	30.000	-	30.000
	TOTAL	230.290	69.710	300.000

* OBS.: A remuneração da coordenadora é proveniente de recursos do Programa de Assistência ao Silvícola, Atividade - 81.484.2554 - Estudos e Pesquisas para a Integração do Índio. Desta forma, o valor total dos custos do Plano eleva-se a CR\$ 383.968,80.

ORÇAMENTO PARA PLANO - CR\$ 300.000,00/1976

(RECURSOS PIN)

QUADRO DOS CÁLCULOS PERCENTUAIS PARA CADA
ELEMENTO - DESPESA

Elemento Despesas	Valor	%
1 - Material de Consumo	100.000	34
2 - Serviços Terceiros	120.000	40
3 - Equipamentos e Instalações	50.000	16
4 - Material Permanente	30.000	10
TOTAL	300.000	100

V.1.2-PERCENTUAL DOS GASTOS POR ELEMENTO DE DESPESA
PLANO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

- Gavião - Surui -

Da dotação orçamentária para 1976 , num total de CR\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), só com material de consumo deverá ser gasto a importância de CR\$. 100.000,00 (cem mil cruzeiros), correspondendo a um percentual de 33,33% do total do empenho.

Para o 3º trimestre do ano, o primeiro da aplicação, os gastos serão de CR\$ 68.790,00 (sessenta e oito mil, setecentos e noventa cruzeiros), isto é, 68,79% do orçamento para material de consumo e os 31,21%, ou seja CR\$ 31.210,00 (trinta e um mil, duzentos e dez cruzeiros) , que deverá ser gasto no 4º trimestre.

Convém salientar que estas aplicações estão detalhadas por setores conforme os quadros (cálculos percentuais e resumo dos custos).

Em serviços de terceiros será absorvida a maior parcela do orçamento: CR\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros) e que, em termos percentuais, irá corresponder a 40% do total do orçamento. Desta importância está previsto um desembolso para o 3º trimestre de 67,91%, ou seja, a quantia de CR\$ 81.500,00 (oitenta e um mil e quinhentos cruzeiros). O restante, 32,09% deverá ser gasto no 4º trimestre - CR\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos cruzeiros).

Para Equipamentos e Instalações foi orçada a importância de CR\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), 16% do total, que deverá ser gasto todo no 3º trimestre.

Em decorrência das instalações já existentes para o Projeto de Emergência, quanto ao material permanente foi destinado o menor percentual - 10% do total, que corresponde à importância de CR\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).

Para o próximo biênio, 77 e 78, as estimativas foram feitas de acordo com as necessidades, permanecendo constante o orçamento para 77. Isto, considerando-se que deverão ser feitos investimentos de infra-estrutura para os índios Surui do PI Sororó.

Mesmo com toda esta gama de variáveis-problemas, em termos locais e regionais haverá uma minimização dos custos e, portanto, um retorno dos investimentos já em termos reais.

Para 78, quando se deverá pensar em manutenção dos investimentos, ou seja, em retorno das aplicações mesmo em se tratando de um plano ou projetos de natureza assistencial (Desenvolvimento Comunitário, onde não se pode aplicar a lei do retorno - o lucro) observa-se uma queda no orçamento, que de CR\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), passará a ser de CR\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil cruzeiros), um decréscimo em termos percentuais de 7%, que considero de essencial importância na contextura do quadro que se analisa.

Espera-se que, a médio prazo, haja uma relativa independência das populações indígenas abrangidas pelo Plano, uma vez que passarão a desenvolver a auto-gerência das suas atividades com vistas a uma melhor interação com a vida nacional.

OBS.: O salário da coordenadora do Plano, antropóloga Iara Ferraz, será pago pela Divisão de Estudos e Pesquisas desta Fundação.

Assim sendo, o custo total do projeto é de CR\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil cruzeiros), para 77 e para 78 e de CR\$ 280.000,00 + CR\$ 90.000,00 (duzentos e oitenta mil cruzeiros mais noventa mil cruzeiros), que corresponde ao salário da coordenadora, sujeito à majoração. Sem contar com a complementação de recursos da orçamentária para instalação de infra-estrutura dos PIs, que calculado pela coordenadora ficou em CR\$ 34.900,00 (trinta e quatro mil e novecentos cruzeiros).[⊕] Vide quadro do resumo de custos, apresentado anteriormente.

⊕ que ficaram p/ o ano de 1977.

V.2 - QUADRO DE FONTES E USOS

Em CR\$ 1,00	
FONTES	
Recursos EPESQ	83.968,80
Recursos PIN	300.000,00
Total das Fontes	383.968,80
USOS	
Material de Consumo	100.000,00
Serviços de Terceiros	203.968,80
Equipamentos e Instalações	50.000,00
Material Permanente	30.000,00
Total dos Usos	383.968,80

ANEXO I

ANEXO I

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO PROJETO DE EMERGÊNCIA
DO PLANO INTEGRADO DE DC "GAVIÃO/SURUI"

Ao final da safra de castanha de 1976 dos índios Gavião e Surui - a primeira etapa do PIDC - é importante fazermos algumas considerações para o prosseguimento de nossos trabalhos, bem como para efeito de avaliação de um chamado Projeto "piloto".

Primeiramente, é necessário apontarmos aqui as diversas modificações que foram efetuadas na prática, a partir do projeto original apresentado e aprovado por esta Fundação em novembro último. ¹

A inclusão, de certa forma apressada, dos Surui do PI Sororó no Projeto de Emergência (tal como foi apresentado) acarretou em sérias dificuldades e, mais ainda, em prejuízos para a comunidade.

A experiência com a pequena safra deste ano esclareceu-nos uma série de fatores de ordem mais abrangente em relação a situação atual dos Surui. Para os

NOTA (1) Por força das circunstâncias e necessidades advindas, diversas despesas de outras ordens acabaram sendo efetuadas, o que alterou parcialmente o cronograma físico-financeiro da reprogramação (76) do Projeto de Emergência do PIDC Gavião - Surui.

A manutenção da infra-estrutura dos PIs abrangidos no Projeto não estava prevista originalmente, uma vez que supúnhamos que tais despesas (como manutenção de viatura, motores, aquisição de medicamentos e deslocamento de enfermos) correriam por conta de recursos específicos da Orçamentária, através da DR, já que independem de safra de castanha.

membros daquela comunidade, suas necessidades e interesses voltam-se para um único ponto: os 2/3 de suas terras atualmente em poder dos latifundiários invasores (como objeto de manipulação de poder político local) significam, para os índios, a obtenção da caça, da castanha, formação de roças e do pasto, enfim, a sua subsistência - ponto de partida para um trabalho de desenvolvimento comunitário.

Ressaltamos mais uma vez, enquanto a área do PI Sororó não for definitivamente ampliada e demarcada de modo favorável e justo para a comunidade indígena, seus membros jamais vão se sentir motivados para a realização de um trabalho necessário, proposto pelo PIDC. Os acordos bilaterais, como a divisão da produção de castanha com os proprietários invasores, ou mesmo a liberação de áreas não tradicionais de ocupação histórica dos Surui para efeito de ampliação (já desmatadas, sem caça e sem castanha) absolutamente não fazem sentido para os índios.

Por outro lado, o abandono em que se encontrava o PI Sororó era lastimável, sob a responsabilidade de um atendente de enfermagem (Sr. Arakén José Ferreira Contente), cujo relacionamento para com a comunidade se caracterizava pela violência e maus tratos. O descontentamento crescente dos índios evoluiu para uma situação de conflito, inclusive com ameaças de morte, provocada pelo desequilíbrio psíquico do referido atendente (vide processo instaurado em julho de 1975, envolvendo a pessoa do Dr. João Paulo Botelho Vieira Fº, da Escola Paulista de Medicina). A presença do atendente naquele PI tornou-se então insuportável e em maio, por decisão unânime, os índios exigiram sua

saída definitiva da área (pois já havia sido afastado no ano passado, tendo retornado ao PI em fevereiro próximo passado), decisão esta reiterada pela chefia do Posto e por esta Coordenadoria, numa medida de emergência, uma vez que o referido servidor já havia solicitado oficialmente seu afastamento da área.

Fatores como a incomunicabilidade do PI - praticamente sem rádio (fonia) durante toda a safra e com dificuldade de acesso devido às chuvas - e falta de pessoal capacitado para o trabalho (só em fins de março próximo passado chegou à área o atual chefe do PI Sororó, Sr. Nazareno Martins Fontes) impossibilitaram um controle real sobre a situação.

Com a verba inicial de DC daquela comunidade (liberada apenas em fins de março último) e se dispuséssemos de condições mais propícias de trabalho, poderíamos ter desenvolvido atividades também de caráter de emergência, - por ora mais importantes para a comunidade, do que a extração de uma ínfima produção de castanha - apenas 24 hectolitros vendidos pelos índios Gavião em Belém. A verba inicial, financiada em parte pelos índios do Mãe Maria (agora credores dos Surui) foi praticamente consumida sob a forma de alimentação, uma vez que se encontravam (e se encontram) em estado de semi-subnutrição, como já havíamos apontado em relatório anteriormente apresentado.

Voltamos nossa atenção para uma esfera de atividade implícita no Projeto de Emergência, a saúde dos membros da comunidade Surui. Através do Convênio USP/

FUNAI, efetuamos um levantamento da situação geral do grupo, elaborando um sistema de controle de saúde através de fichas clínicas individuais e diário de atendimento, que poderão ser utilizados para aprendizado do monitor de saúde no decorrer do PIDC.

O "prejuízo" da safra poderá ser recuperado com a continuidade do PIDC naquela área, cuja condição indispensável é a resolução do problema fundamental das terras, a curtíssimo prazo; ou seja, a inexistência de determinadas condições básicas por ora, decorrentes da indefinição deste problema, impossibilitaram aos Surui de assumir uma mudança proposta.

Desta maneira, a especificidade e a diversidade de situação dos dois grupos - Gavião e Surui - configuraram-se de um modo mais preciso: na verdade são dois projetos distintos, embora com os mesmos objetivos a longo prazo, tendo em vista os elementos pré-existentes.

Quanto à safra dos índios Gavião de Mãe Maria, além da contratação de mão de obra regional "civilizada" para a coleta da castanha, um outro fator modificado pela comunidade em relação ao Projeto original foi a questão de venda do produto, efetuada em Belém, e não em Marabá. Naquela praça, determinadas condições de fato propiciavam vantagens para os índios produtores: preços mais altos e medida oficial aferida pelo Instituto de Pesos e Medidas (e portanto, sem a tradicional "cabeça" do hectolitro vigente na micro-região de Marabá), ainda que as despesas de frete ficassem, em sua maioria, por conta dos produtores e não do Projeto.

A diferença média de aproximadamente CR\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), no preço do hectolitro nas duas praças - que este ano oscilou entre CR\$ 280,00 e CR\$ 70,00 em Marabá e entre CR\$ 120,00 e CR\$ 320,00 em Belém - foi significativa, uma vez que a produção indígena goza de isenção tributária (no caso, ICM e FUNRURAL), considerando também as condições extremamente favoráveis de localização dos índios Gavião de Mãe Maria, para o escoamento de sua castanha.

Com assessoria do Projeto, as tomadas de preço foram efetuadas pelos próprios índios, tanto em Marabá quanto em Belém, segundo os padrões de manipulação de mercado utilizados pelos produtores regionais, ou seja, através da especulação junto aos exportadores, uma modalidade do negócio da castanha mais viável do que a concorrência, por ser direta e imediata, para a firmação dos contratos de compra e venda do produto. Uma vez que a oscilação de preços do produto é frequente, i.e. em curtos espaços de tempo (por vezes em menos de 24 horas), a perspicácia garante o sucesso da operação.

Para os índios produtores de Mãe Maria, o preço médio alcançado de CR\$ 223,00 por hectolitro possibilitou reajustes da remuneração da mão de obra regional "civilizada" que contrataram para a safra, ultrapassando os níveis da micro-região de Marabá, como vemos abaixo:

	Marabá	Mãe Maria
Castanheiros	CR\$ 18,00 - 20,00/hl	CR\$ 30,00-32,00/hl
(Coletores)	CR\$ 35,00 - catação	- CR\$ 40,00/hl

Tropeiros/"tombo" = 1 hl/6Km CR\$10,00-12,00 CR\$10,00-13,00
 CR\$14,00 - catação - CR\$ 15,00

Com uma produção total de 2.323 hectolitro de castanha (e a previsão era de 2.500) nesta safra de 1976, os índios Gavião tiveram um movimento bruto da ordem de CR\$ 518.000,00. O aprendizado de operações contábil-financeiras deu-se através da prática, ou seja, a contabilidade da safra foi feita em conjunto com os próprios índios produtores, permitindo-lhes assim o conhecimento e manipulação de uma esfera até então dominada pela estrutura burocrático-administrativa do órgão assistencial, a nível regional.

Quanto a um balancete da safra, temos o seguinte:

- Gastos com "rancho" (mercadorias para a "cantina")	CR\$ 45.000,00
- Remuneração de castanheiros "civilizados" e fiscais"	CR\$ 30.000,00
- Remuneração de tropeiros	CR\$ 30.000,00
- Gastos com frete (caminhão/para Belém)	CR\$ 29.000,00
- Outras despesas (deslocamentos, Toyota, etc)	CR\$ 13.000,00
- Gastos pré-safra	CR\$ 33.000,00*
- Total dos Gastos	CR\$181.000,00
- Lucro Líquido	<u>CR\$337.000,00</u>

(*Renda Indígena)

A distribuição da renda, enquanto um momento do processo produtivo, deu-se em parte no decorrer da

própria safra (sob a forma de "adiantamentos" individuais) , ou seja, a redistribuição (em moeda, equivalente de troca) mantendo a dinâmica das relações sociais, o que é característico das sociedades indígenas, além de ser um procedimento comum durante as safras de castanha.

No entanto, a distribuição final , i.e. a circulação dos bens, está em curso e determinada pela própria comunidade, com a perspectiva de realização de poupança, através de um fundo comum constituído de quotas individuais, com o qual a comunidade possivelmente realizará depósitos bancários a prazo fixo em seu nome. Após a distribuição (individual) de acordo com a produção (coletiva), a quantidade proporcional aos gastos efetuados será reservada através de letras de câmbio para o financiamento inicial da próxima safra. Outra parte será destinada à manutenção da "cooperativa" (gêneros alimentícios, munição para caça, etc) que, ao que tudo indica, deverá continuar no "verão", além de aplicação em benefícios a serem determinados pela própria comunidade (melhoria de pasto, das roças, etc).

Transcrevemos a seguir o relatório escrito por KRUA GAVIÃO, um dos membros mais jovens da comunidade que participou ativamente dos trabalhos da safra.

"Foi assim que começou o projeto da castanha dos Índio Gavião. Começamos com trinta e dois mil cruzeiros para aviar os tropeiros e os castanheiros só para começar; os próprios índios botaram os civilizados para cortar castanha para os índios

e nós pagavamo trinta e dois cruzeiros para os civilizados. Não tinha desconto de imposto de renda, era livre, os índios pagavam os Kupên (branco) ai os Kupên ficaram satisfeitos com os índios porque não tinha desconto em nada. Então porisso que os Kupên ficaram gostando do serviço dos índios. Gostaram mais do serviço dos índios de que o tempo que era FUNAI. Disse o povo que não gostava do serviço quando era da FUNAI. Agora a gente apenas descontava as mercadorias (rancho) que eles compravam - descontava no ordenado deles, era só. Não existia mais nada para desconto. Tem mais outras coisa. Que antes FUNAI só pagava sete cruzeiros para os índios e eram os próprios índios que eram donos do castanhal e assim não ganhava nada da FUNAI. Além disso, tinha desconto dos índios no aviamento, mas ninguém sabia se era isso mesmo. Funai [DR] só vivia enganando os índios do Mãe Maria. Agora os índios estão contentes porque os próprios índios fizeram a safra da castanha, sem ter gente para ensinar como era que fazia. Agora a gente, sem a Funai [DR] eu acho que nós vamos para frente, com fé em deus nós teremos o que precisamos ter e vai ter. Nós nunca aprendíamos porque a Funai [DR] não ensinava nenhum índio. Tem alguns índios que já estão mexendo com a castanha, porque estão aprendendo, porque o Sr. Saulo Petean está ensinando alguns índios, mas teve um encarregado que não ensinava ninguém, era o Sr. osmundo dos anjos que só trabalhava escondido, porisso que nunca pudemos aprender.

Este relatório foi feito pela mão dos índios , quem fez foi um dos índios chamado KRUA GAVIÃO. Feito em 20/5/76 numa quinta-feira. Posto Indígena Mãe Maria, Km 30 PA70"

"este relatório vai falar sobre um índio que trabalhou no primeiro ano da cantina: trabalho de

conta corrente, então eu gostei demais; então foi o serviço melhor que eu encontrei, tinha que fazer estoque de quantas mercadorias chegavam e quantas saiam de uma cantina para outra; tinha que receber todas as mercadorias que chegavam e quando acabava eu fazia a lista do que não tinha para poder comprar. Quando enchia as folhas ia prestar conta com os civilizados.

E outra coisa, sendo encarregado do depósito de castanha, recebia castanha dos castanheiros e dos tropeiros, fazia vale dos tropeiros e dos castanheiros. Encaminhava os caminhões para Belém carregados de castanha. Todos esses serviços era este índio que fazia.

NO PRIMEIRO ANO ESTE ÍNDIO TRABALHOU DE CANTINEIRO E ENCARREGADO DO DEPÓSITO DA CASTANHA, NOVAMENTE O MESMO ÍNDIO QUE FEZ.

KRUA GAVIÃO
POSTO INDÍGENA MÃE MARIA".

OBS.: A "FUNAI" era identificada pela comunidade de principalmente a nível local, ou seja, a Delegacia Regional de Belém.

Com base nos levantamentos efetuados numa fase anterior à implantação do PIDC, afirmávamos que o Projeto de Emergência teria um caráter muito mais amplu junto aos Índios Gavião de Mãe Maria, do que os resultados financeiros de uma safra de castanha. Estes devem ser vistos em termos de que foram os próprios membros da comunidade que apontaram seus interesses e necessidades e, com orientação específica, foram ao seu encontro.

Agora, o novo "status" de produto

res regionais de castanha começa a conferir aos índios Gavião prestígio e admiração junto à população regional, onde até há menos de 15 anos eram tidos como "assassinos", "ladrões", "preguiçosos", etc. Tais estereótipos tendem a se diluir, na medida em que o processo se desenvolve interna e externamente ao grupo, já que habitam à beira de uma rodovia estadual.

A cortesia com que são tratados atualmente tanto em Marabá (onde gozam de crédito junto aos estabelecimentos comerciais), como nos pequenos núcleos ao longo da rodovia, é admirável. E mais, a presença constante dos índios Gavião nos escritórios dos exportadores de castanha de Belém e Marabá, enquanto indivíduos que se confrontam num mercado de bens, através da barganha, é motivo de admiração e respeito.²

Assim, a contratação de "civilizados" ou a venda da castanha em Belém apresentaram-se como meros fatores circunstanciais de todo um processo. Conforme havíamos previsto, a coordenação da safra pelos índios Gavião de Mãe Maria e para eles garantiu o êxito da atividade. E isto, devido principalmente a uma mudança de atitude em relação à esfera das decisões, cujo eixo foi inclusive fisicamente deslocado da sede do Posto para as aldeias. As reuniões de um conselho tribal, formado pelas lideranças indígenas com a participação dos demais membros da comunidade

² A questão chegou a ser colocada, por parte dos exportadores, em Belém, em termos de uma polarização: "a castanha dos índios" e "a castanha da FUNAI", onde os termos de negociação ocorrem face a interesses adversos.

em geral, assessoradas pelo Chefe do Posto permitiram que os PARAKATEGE (como se autodenominam os índios Gavião) as sumissem de fato o controle da situação.

Por outro lado; a defasagem exis tente entre o rumo deste processo de "integração" e um regi me tutelar hierárquico de caráter autoritário, preso a uma estrutura paternalista de Delegacias Regionais é problemáti ca na medida em que, no caso específico dos Gavião - os pró prios atores - eles estão conscientes da necessidade de uma participação efetiva neste processo.

Por estarem localizados numa re gião que se encontra hoje tomada de assalto por projetos de se nvolvimentistas acelerados - Hidrelétrica de Tucuruí, Ser ra dos Carajás, novas rodovias, etc - os índios Gavião de Mãe Maria se defrontam hoje com determinados problemas que lhes dizem respeito diretamente, e cujas soluções não deve riam escapar ao plano da própria comunidade.

Apesar de viverem numa reserva in dígena , e sobre esta situação há um certo consenso de res peito na região, a hegemonia de suas terras estará, a mé dio prazo, ameaçada, se não forem consideradas devidas for mas de participação apresentadas pela própria comunidade (in denizações, etc), uma vez que é a elas, diretamente, que afe tam os desmatamentos, as escavações, etc.³ provocados por um descompasso existente : os vultosos projetos de desenvol vimentos econômico na região.

Desta forma , a subordinação a de terminadas decisões de caráter autoritário, impostas a par

tir de planos hierárquico-tutelares, sobre aquelas questões que dizem respeito diretamente à comunidade se mostra incompatível com esta mudança de atitude a que nos referimos, proposta a partir da própria comunidade.

O rompimento das relações da comunidade dos Índios Gavião para com a unidade administrativa regional da FUNAI (DR), à qual está jurisdicionado o PI Mãe Maria, é decorrente da própria mudança levada a efeito. Uma vez que a comunidade passou a controlar o processo produtivo da castanha como um todo, as relações de dominação=subordinação (anteriormente impostas por aquela unidade administrativa) tendem a passar para um outro nível, o da sociedade regional abrangente. Ainda assim, diante do próprio rearranjo de relações sociais em curso, como apresentamos, decorrente do processo de integração, internamente à comunidade são selecionados - dentre os fatores externos - aqueles que se apresentam convenientes, adequados à reestruturação de uma forma original, própria das sociedades indígenas.

Neste momento, face a determinadas

³ É o caso recente da retirada de cascalho (Construtora Mendes Jr. e DER) das margens da rodovia estadual que corta a área indígena de Mãe Maria, avançando além dos 30m (permitidos?) e dos futuros desmatamentos para a construção de uma linha de transmissão de força, que, segundo o projeto apresentado (ELETRONORTE - ETOP), passará dentro da reserva de Mãe Maria, margeando a rodovia PA-70 a uma distância de 240 metros, cortando castanhais e roças dos Índios. Estas questões surgiram no decorrer do Projeto de Emergência.

circunstâncias, o rearranjo faz-se, portanto, necessário numa esfera burocrático-administrativa ou seja, em relação à estrutura Posto Indígena - Delegacia Regional, cuja manutenção do grau de subordinação do primeiro, dentro de um Plano de Desenvolvimento Comunitário, torna determinadas atividades contra-producentes, entervando o processo dinâmico em curso, ou seja, o próprio Desenvolvimento Comunitário, considerando de uma perspectiva história para as sociedades indígenas.

Finalmente, sugerimos as perspectivas de continuidade e ampliação para outras áreas de uma forma de mudança - assumida sobretudo pelos índios Gavião - tendo como objetivo o desenvolvimento de um trabalho mais amplio, iniciado a partir de um esfera econômica: o processo produtivo da castanha-do-Pará. É importante levantar-mos 2 (dois) pontos básicos:

- 1 - a diversidade e especificidade das situações dos demais grupos por ora coletores de castanha devem ser cuidadosamente observadas, com a máxima urgência. Tanto a forma quanto o grau da mudança deverão ser determinados, em última instância, a partir das próprias comunidades envolvidas, tendo em vista a sua promoção a unidades produtivas inteiras e, conseqüentemente, à não permanência como simples mão - de obra, considerada entrave ao processo de integração;

2 - o ponto básico, de partida, incide na questão fundamental da delimitação e demarcação definitivas das terras indígenas, antes que as frentes de desenvolvimento descompassado atinjam drasticamente estas áreas do médio Tocantins e médio Xingu, no Estado do Pará. - a saber, os Projetos SUDAM-HIDROSERVICE.